Medida Provisória n° 738, de 2016

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 1.199.618.070,00, para os fins que especifica.

Explicação da Ementa:

Recurso destinado à subvenção econômica: em operações de financiamento no âmbito do programa de sustenção do investimento e do programa emergencial de reconstrução de Municípios afetados por desastres naturais (R$ 1,18 bi); financiamentos destinados à reestruturação produtiva e às exportações (R$ 1 mi); operações de financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias (R$ 15 mi);

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Perda de eficácia, em decorrência do

Último local: 11/07/2016 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Destino: Ao arquivo

Último estado: 09/11/2016 - SEM EFICÁCIA

Relatoria:

CMO - (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Relator(es):

Senador Garibaldi Alves Filho (encerrado em 19/10/2016 - Deliberação da matéria)

Deputado Federal Celso Maldaner (Relator Revisor) (encerrado em 19/10/2016 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

20/02/2017 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e Arquivado.

13/02/2017 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 16/02/2016)
Término do prazo, no último dia 12 de fevereiro, sem edição de decreto legislativo.
Ao Arquivo.

Publicado no DCN Páginas 339

TRAMITAÇÃO

13/02/2017 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: Em 12/02/2017, esgotado o prazo previsto no § 2º do art. 11, "caput", da Resolução nº 1/2002-CN, sem a edição de Decreto Legislativo. Ao arquivo.

22/11/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: Em 18-11-2016 esgotou-se o prazo previsto no art. 11, "caput" e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN, para a apresentação de projeto de decreto legislativo pela Comissão Mista.
A matéria aguardará nesta Secretaria o prazo final de 60 dias para edição do projeto de decreto legislativo, estabelecido no art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, "caput" e § 2º da Res. nº 1/2002-CN, a encerra-se em 12-02-2017.

22/11/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encaminhado à SLCN, conforme disposto no § 1º do art. 11 da Resolução nº 01, de 2002-CN.

09/11/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: (AÇÃO LEGISLTATIVA REFERENTE AO DCN de 10/11/2016)
Término do prazo de vigência, em 03 de novembro do corrente, da presente Medida Provisória.
A Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicou ao Senhor Presidente da República e fez publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida, nos termos do parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002 - CN.
A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 - CN.

Publicado no DCN Páginas 938

09/11/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para comunicação do encerramento da vigência da presente medida provisória e encaminhamento do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

09/11/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntados os seguintes documentos:
- Ato de perda de vigência: Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 57, de 2016 (fls. 39);
- Of. n. 1655/16/SGM-P, de 4/11/2016, que encaminha o processado da medida provisória ao Senado Federal (fls. 40); e
- Ofício nº 528 (CN), de 8/11/2016 (fls. 41), que encaminha a Mensagem nº 118 (CN), de 8 de novembro de 2016, comunicando ao Presidente da República o encerramento da vigência da medida provisória.

Publicado no DCN Páginas 1032

09/11/2016 Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Encaminhamento do processado da presente medida provisória ao Senado Federal - Ofício nº 1655/16/SGM-P.

09/11/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ofício SGM/P n. 1655, de 04/11/16, comunica ao Senado Federal, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, a perda de eficácia desta Medida Provisória, tendo em vista o término do prazo de vigência, em 03/11/16, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

TRAMITAÇÃO

08/11/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 57, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, de 7/11/16, faz saber que a Medida Provisória n. 738, de 2016, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 03 de novembro do corrente ano (DOU de 8/11/16 - Seção 1 - pág. 9).

26/10/2016 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.
Votação do Requerimento do Dep. Ivan Valente, Líder do PSOL, que solicita votação nominal para o Requerimento que solicita retirada de pauta desta Medida Provisória.
Encaminhou a Votação o Dep. Ivan Valente (PSOL-SP).
Verificação da votação do requerimento, solicitada pelos Dep. Erika Kokay, na qualidade de Líder do PT; Valdir Colatto, na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar PMDB, PEN; e Izalci, na qualidade de Líder do PSDB; em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução). Sim: 1; Não: 34; Abstenção: 10; Total: 45.

24/10/2016 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 516/2016, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 738/2016 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 24/10/2016 - 17h26 - 271ª Sessão).

21/10/2016 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 22/10/16 PÁG 62 COL 01.

21/10/2016 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebida a Mensagem nº 378/2016, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 738/2016.
Recebido o Parecer nº 63, de 2016-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pela aprovação da matéria.
Recebido o Ofício nº 516/2016, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 738/2016.
Informa, ainda, que à Medida não foram oferecidas emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização emitiu o Parecer nº 63, de 2016-CN, que conclui pela aprovação da matéria.
Ao Plenário para leitura. Publique-se.

21/10/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Anexado o Ofício CN nº 516, de 21/10/2016, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32. (fl.38).

À CD.

20/10/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 27/10/2016)
Publicado em avulsos e no DCN de 27/10/2016 o Parecer nº 63 de 2016-CN.
À Câmara dos Deputados

Republicado no DCN Páginas 874-881

TRAMITAÇÃO

20/10/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntada, às folhas 32 a 37, a tramitação da presente medida provisória.
À Secretaria de Atas e Diários para a publicação do Parecer nº 63 de 2016-CN, no Diário do Congresso Nacional.
À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.

19/10/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SLCN.

19/10/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Sexta Reunião Ordinária, realizada em 19 de outubro de 2016, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Senador GARIBALDI ALVES FILHO (nomeado relator ad hoc o Deputado Simão Sessim), nos termos da Medida Provisória nº 738/2016-CN. Não foram apresentadas emendas.

19/10/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Na continuação da Sexta Reunião Ordinária, em 19.10.2016, o Deputado Simão Sessim solicitou inclusão da MPV 738/2016 na pauta.

18/10/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, relatório com voto pela aprovação da Medida Provisória nos termos propostos pelo Poder Executivo. Não foram apresentadas emendas. Anexado às fls. de nºs 26 a 31.

25/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha de nº 25, Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 48, de 2016 (publicado no DOU de 25.08.2016), que prorroga o prazo da vigência desta Medida Provisória em sessenta dias.

Publicado no DCN Páginas 732

24/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexado à folha nº 24 Of. n. 1320/2016/SGM/P, de 22/08/2016, do Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, Dep. Arthur Lira, comunicando que, em virtude das decisões proferidas pela Presidência da Câmara dos Deputados nas Questões de Ordem n. 352/2013 e 153/2016, o termo final para o recebimento da MPV nº 738/2016 pela Câmara dos Deputados é o dia 13/10/2016.

09/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, em substituição ao Senador Waldemir Moka. Anexado à folha de nº. 23.

09/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

TRAMITAÇÃO

Ação: Anexado à folha de nº 22, Ofício GSWMOKA 090/2016, de 9.8.2016, do Senador Waldemir Moka, declinando da relatoria da Medida Provisória nº 738/2016.

02/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado Relator o Senador Waldemir Moka e Relator Revisor o Deputado Celso Maldaner. Anexado às folhas de nºs. 20 e 21.

01/08/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Em virtude da não aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 2/2016), a sessão legislativa não se interrompeu (CF/88, art. 57, § 2º) e não houve suspensão dos prazos da Medida Provisória (Res. 1/2002-CN, art. 18). É o seguinte o novo cronograma da matéria:

- Prazo na CD: até 03-08-2016 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 03/08/2016;
- Prazo no SF: de 04-08-2016 a 17-08-2016 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 17-08-2016;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 18-08-2016 a 20-08-2016 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 21-08-2016 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 04-09-2016 (60 dias).

Devolvida à CMO.

01/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SLCN. Alteração do cronograma.

14/07/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória não foram apresentadas emendas.

13/07/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Anexado à folha de nº 19 Ofício nº 333 (CN), de 12/07/2016, da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, comunicando ao Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, que o Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, adotou a Medida Provisória 738/2016. Informa sobre a publicação do avulso da matéria e o encaminhamento à Comissão Mista de Orçamento.

12/07/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Anexada em 12.07.2016, às folhas de nºs 15 a 18, Nota Técnica nº 37/2016 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 738, de 2016, quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

11/07/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

TRAMITAÇÃO

Ação: Aguardando recebimento de emendas.

11/07/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: O Senhor Vice-Presidente da República, no Exercício do cargo de Presidente da República, adotou, em 06 de julho de 2016, e publicou no Diário Oficial da União de 07 de julho do corrente (com retificação no Diário Oficial de 8 de julho de 2016 – edição extra) a presente Medida Provisória.
A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.
A matéria será publicada em avulso eletrônico.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 65

Publicado no DSF Páginas 63

11/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao Plenário para leitura e estabelecimento do calendário para tramitação da matéria.

11/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Publicada a retificação da Medida Provisória nº 738, de 2016, no Diário Oficial da União de 08/07/2016 - Edição Extra (fls. 12).

08/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntada a Mensagem n° 378, de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 738 de 6 de julho de 2016 (DOU de 07/07/2016, às fls. 03 a 11).

07/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 738/2016:
- Publicação no DOU: 07-07-2016
- Emendas: até 13-07-2016;
- Prazo na Comissão: *;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 16-08-2016 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 16-08-2016;
- Prazo no SF: de 17-08-2016 a 30-08-2016 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 30-08-2016;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 31-08-2016 a 02-09-2016 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 03-09-2016 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 17-09-2016 (60 dias).

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012).

07/07/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Ação: Este processo contém 3 (três) folhas numeradas e rubricadas.

Publicado no DOU Páginas 1-2

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 738/2016

Data: 07/07/2016

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 1.199.618.070,00, para os fins que especifica.

Avulso inicial da matéria

Data: 11/07/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: O Senhor Vice-Presidente da República, no Exercício do cargo de Presidente da República, adotou, em 06 de julho de 2016, e publicou no Diário Oficial da União de 07 de julho do corrente (com retificação no Diário Oficial de 8 de julho de 2016 – edição extra) a presente Medida Provisória.
A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.
O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.
A matéria será publicada em avulso eletrônico.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Avulso da Matéria

Nota Técnica

Data: 12/07/2016

Autor: -

Local: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação Legislativa: Anexada em 12.07.2016, às folhas de nºs 15 a 18, Nota Técnica nº 37/2016 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, contendo subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 738, de 2016, quanto a adequação orçamentária e financeira, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN.

Avulso de parecer

Data: 20/10/2016

Autor: -

Local: Plenário do Congresso Nacional

Ação Legislativa: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 27/10/2016)
Publicado em avulsos e no DCN de 27/10/2016 o Parecer nº 63 de 2016-CN.
À Câmara dos Deputados

Descrição/Ementa: Parecer nº 63, de 2016-CN